

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023 e
relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,
Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Itumbiara Transmissora de Energia S.A** (“ITE” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Itumbiara Transmissora de Energia S.A** (“ITE” ou “Companhia”) atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 19 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de cinco subestações e 817,95 km de linhas com capacidade instalada de 230/500 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 001/2006.

Transmissão

Contando com cinco subestações e 817,95 km de linhas de transmissão, nas tensões de 500 e 230 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores em Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV R.VERDE NORTE /ITUMBIARA C-1	1	500	201,96	--	2006	2035
LT 500 kV RIBEIRAOZINHO /R.VERDE NORTE C-1	1	500	242,18	--	2006	2035
LT 500 kV CUIABA /RIBEIRAOZINHO C-1	1	500	366,99	--	2006	2035
LT 230 kV RIBEIRAOZINHO /BARRA PEIXE	2	230	6,82	--	2006	2035



ITUMBLARA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Linhas de Transmissão	Quantidade	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
TR 500/230 kV CUIABA TR1	1	500/230	--	--	2006	2035
TR 500/230 kV RIBEIRAOZINHO TR1	1	500/230	--	400	2006	2035

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT ITE	ITE	210.794	210.794	2020	Junho	IGPM

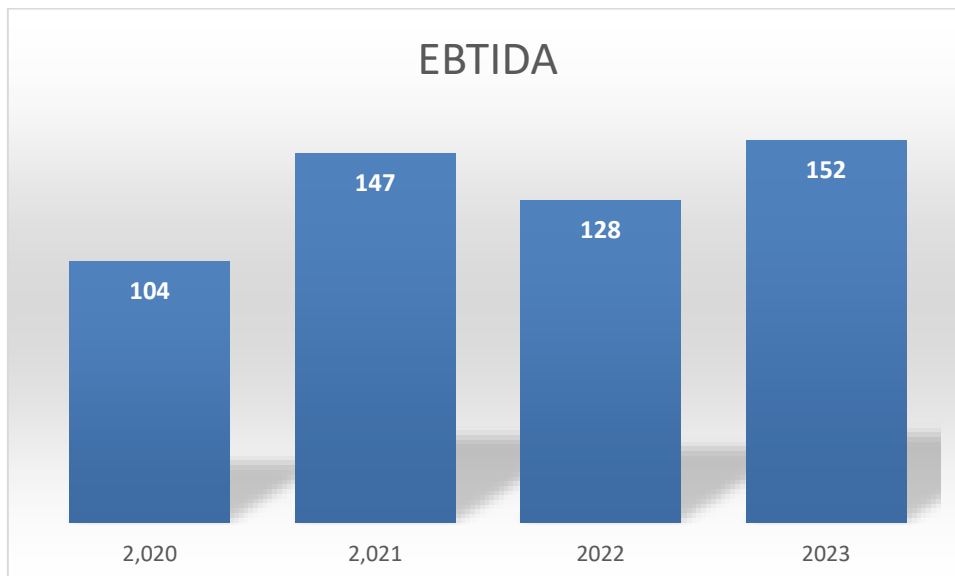
Em vista das linhas em operação, da entrada em operação comercial das linhas em construção, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL e dos projetos vencidos mediante licitação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$ 210.794 mil para 2024 (redução de 1% em relação a 2023) e de R\$ 219.221 mil para 2025 (evolução de 4% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

2024	2024	2024	2025	2026	2027	2028
242.663	211.813	210.794	219.221	227.984	237.103	246.587

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 103 milhões, contra R\$ 119 milhões em 2022, uma redução de 13%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 179 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 186 milhões. Essa redução de 5 % resulta da redução da receita de encargos de transmissão que reduziu em 13% em relação ao ano anterior combinado com a redução de 98% de indisponibilidade de equipamentos.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 19 % contra 20 % em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 158 milhões, superior em 17% a 2022, que foi de R\$ 135 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa		
Auditor Independente (Em milhares de reais)	2023	2022
KPMG Auditores Independentes	93	117
Total	93	117

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de Abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Itumbiara Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	40.104	58.006
Concessionárias e permissionárias	9	23.279	19.450
Contas a receber - partes relacionadas	26	7.735	8.709
Almoxarifado	10	12.689	14.712
Adiantamento a fornecedores		803	1.309
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.002	89
Outros impostos a recuperar		1.650	2.153
Outros ativos circulantes		3.647	6.706
		90.909	111.134
Ativo não circulante			
Títulos e valor mobiliários	11	2.828	1.455
Outros ativos não circulantes	12	1.275	1.693
Imobilizado não vinculado à concessão	13	1.580	2.238
Intangível não vinculado à concessão	14	57	102
Imobilizado	13	494.486	518.157
Intangível	14	8.310	7.823
		508.536	531.468
Total do ativo		599.445	642.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		1.818	3.078
Fornecedores - partes relacionadas	26	1.042	1.410
Obrigações sociais e trabalhistas		6.566	6.683
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	18.257	19.473
Outros impostos a pagar	15	6.075	4.553
Taxas regulamentares	16	2.789	9.609
		36.547	44.806
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		1.241	1.237
Provisão para contingências	17	7.384	4.851
Impostos diferidos		1.373	-
		9.998	6.088
Patrimônio líquido	18		
Capital social		402.460	402.460
Reserva de Lucros		106.256	142.337
Reserva de incentivos fiscais		35.385	24.727
Reserva Legal		41.069	34.916
Prejuízo acumulado		(32.270)	(12.732)
		552.900	591.708
Total do passivo e do patrimônio líquido		599.445	642.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	179.107	186.280
Custo da operação	20	<u>(43.414)</u>	<u>(45.836)</u>
Lucro bruto		135.693	140.444
Despesas gerais e administrativas	21	(10.115)	(12.283)
Outras (despesas)/receitas operacionais		<u>746</u>	<u>24.660</u>
Lucro antes do resultado financeiro		126.324	152.821
Resultado financeiro	23	6.863	4.132
Receita financeira		7.955	6.927
Despesa financeira		(1.092)	(2.795)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		133.187	156.953
IRPJ e CSLL correntes	24	(29.658)	(38.243)
Lucro líquido do exercício		103.529	118.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	<u>103.529</u>	<u>118.710</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u><u>103.529</u></u>	<u><u>118.710</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	402.460	-	29.687	182.729	(26.852)	588.024
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	118.710	118.710
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 18)	-	-	-	-	(6.206)	(6.206)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 18)	-	24.727	-	-	(24.727)	-
Constituição de reserva de legal (Nota explicativa 18)	-	-	5.229	-	(5.229)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	-	-	68.428	(68.428)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	-	(108.820)	-	(108.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	402.460	24.727	34.916	142.337	(12.732)	591.708
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	103.529	103.529
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 18)	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 18)	-	10.658	-	-	(10.658)	-
Constituição de reserva de legal (Nota explicativa 18)	-	-	6.153	-	(6.153)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	-	-	96.254	(96.254)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	-	(40.000)	-	(40.000)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	-	(92.337)	-	(92.337)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.460	35.385	41.069	106.256	(32.270)	552.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		133.187	156.953
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		27.440	26.856
Baixa de imobilizado e intangível	13/ 14	16	4
Rendimento títulos e valor mobiliários	11	(315)	(130)
Provisão para créditos de perda esperada	9	2	1.217
Provisão para contingência	17	2.533	(2.151)
Atualização monetária - Compensação ambiental		4	136
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(3.831)	1.183
Contas a receber - partes relacionadas		974	(4.670)
Imobilizado e intangível	13/ 14	2	-
Almoxarifados		2.023	134
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(913)	258
Outros impostos a recuperar		503	(666)
Adiantamentos a fornecedores		506	2.441
Outros ativos		3.477	4.140
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(1.260)	(39)
Fornecedores – partes relacionadas		(368)	(313)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(1.274)	(27.255)
Outros impostos a pagar		20.748	20.847
Taxas regulamentares		(6.820)	1.796
Outros impostos pagos		(20.726)	(21.256)
Outros passivos		(117)	1.382
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		155.791	160.867
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(28.229)	(34.850)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais		127.562	126.017
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	13/ 14	(3.569)	(7.395)
Aplicação títulos e valores mobiliários	11	(1.058)	(1.325)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(4.627)	(8.720)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	18	(132.337)	(108.821)
Juros sobre capital próprio pagos	18	(8.500)	(5.275)
Fluxo de caixa gerado (aplicado nas) atividades de financiamento		(140.837)	(114.096)
(Redução) aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(17.902)	3.201
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		58.006	54.805
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		40.104	58.006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“ITE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas, no Estado de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás.

A Companhia iniciou suas operações em 30 de novembro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão ANEEL nº 001/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, compostas pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, no Estado do Mato Grosso, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 367 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás.
- (iii) Pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Pela linha de transmissão 230 k, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso.

- (v) Entradas de linha pela transformação 500/230 kV - 750 MVA na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV - 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$98.747 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta e sete mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 268.674 (duzentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e setenta e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 216.653 (duzentos e dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 206.974 (duzentos e seis milhões, novecentos e setenta e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares

de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis regulatórias. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais Práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 20 a 26, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 13 - Imobilizado e 14 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizado e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

5 Resumo das práticas contábeis materiais (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;

- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

5.3 Almojarifado

Os almojarifados são compostos essencialmente por materiais de almojarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almojarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almojarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras regulatórias da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias

7 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3, 4 e 5 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		90.909	124.474	215.383	111.134	119.749	230.883
Caixa e equivalentes de caixa		40.104	-	40.104	58.006	-	58.006
Concessionárias e permissionárias		23.279	-	23.279	19.450	-	19.450
Contas a receber – partes relacionadas		7.735	-	7.735	8.709	-	8.709
Almoxarifado		12.689	-	12.689	14.712	-	14.712
Adiantamentos a fornecedores		803	-	803	1.309	-	1.309
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.002	-	1.002	89	-	89
Outros impostos a recuperar		1.650	-	1.650	2.153	-	2.153
Ativos de contrato	a	-	124.474	124.474	-	119.749	119.749
Outros ativos circulantes		3647	-	3.647	6.706	-	6.706
Ativo não circulante		508.536	99.050	607.586	531.468	72.691	604.159
Títulos e valores mobiliários		2.828	-	2.828	1.455	-	1.455
Ativos de contrato	a	-	598.596	598.596	-	595.820	595.820
Outros ativos não circulantes		1.275	-	1.275	1.693	-	1.693
Imobilizado não vinculado à concessão		1.580	-	1.580	2.238	-	2.238
Intangível não vinculado à concessão		57	-	57	102	-	102
Imobilizado	b	494.486	(492.411)	2.075	518.157	(516.019)	2.138
Intangível	b	8.310	(7.135)	1.175	7.823	(7.110)	713
		599.445	223.524	822.969	642.602	192.440	835.042

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	36.547	-	36.547	44.806	-	44.806
Fornecedores terceiros	1.818	-	1.818	3.078	-	3.078
Fornecedores partes relacionadas	1.042	-	1.042	1.410	-	1.410
Obrigações sociais e trabalhistas	6.566	-	6.566	6.683	-	6.683
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.257	-	18.257	19.473	-	19.473
Outros impostos a pagar	6.075	-	6.075	4.553	-	4.553
Taxas regulamentares	2.789	-	2.789	9.609	-	9.609
Passivo não circulante	9.998	191.254	201.252	6.088	179.708	185.796
Outras provisões - compensação ambiental	1.241	-	1.241	1.237	-	1.237
Provisão para contingências	7.384	-	7.384	4.851	-	4.851
Impostos diferidos	1.373	191.254	192.627	-	179.708	179.708
	c					
Patrimônio líquido	552.900	32.270	585.170	591.708	12.732	604.440
Capital social	402.460	-	402.460	402.460	-	402.460
Reserva de lucros	106.256	-	106.256	142.337	-	142.337
Reserva de incentivos fiscais	35.385	-	35.385	24.727	-	24.727
Reserva legal	41.069	-	41.069	34.916	-	34.916
Prejuízo acumulado	(32.270)	32.270	-	(12.732)	12.732	-
	d/ e					
	599.445	223.524	822.969	642.602	192.440	835.042

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	179.107	6.806	185.913	186.280	(37.888)	148.392
Custo da operação	e	(43.414)	23.584	(19.830)	(45.836)	19.548	(26.288)
Lucro bruto		135.693	30.390	166.083	140.444	(18.340)	122.104
Despesas gerais e administrativas		(10.115)	-	(10.116)	(12.283)	-	(12.283)
Outras (despesas) / receitas operacionais		746	-	746	24.660	-	24.660
Resultado antes do resultado financeiro		126.324	30.390	156.713	152.821	(18.340)	134.481
Resultado financeiro		6.863	-	6.863	4.132	-	4.132
Receita financeira		7.955	-	7.955	6.927	-	6.927
Despesa financeira		(1.092)	-	(1.092)	(2.795)	-	(2.795)
Resultado antes dos impostos		133.187	30.390	163.577	156.953	(18.340)	138.613
IRPJ e CSLL correntes		(29.658)	-	(29.658)	(38.243)	-	(38.243)
IRPJ e CSLL diferidos	c	-	(10.852)	(10.852)	-	4.220	4.220
Lucro líquido do exercício		103.529	19.538	123.067	118.710	(14.120)	104.590

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido Societário	<u>585.170</u>	<u>604.440</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(723.070)	(715.570)
Imobilizado	492.411	516.019
Intangível	7.135	7.111
Impostos Diferidos Passivos	<u>191.254</u>	<u>179.708</u>
Patrimônio Líquido Regulatório	<u><u>552.900</u></u>	<u><u>591.708</u></u>

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido Societário	<u>123.067</u>	<u>104.590</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(127.805)	(128.815)
Margem de construção	151.877	171.075
Ajuste receitas variáveis	(31.571)	(509)
PIS/COFINS Diferido	693	(3.863)
Depreciação e amortização regulatória	(26.284)	(25.921)
Custo de Operação e manutenção	2.700	6.373
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>10.852</u>	<u>(4.220)</u>
Lucro Líquido Regulatório	<u><u>103.529</u></u>	<u><u>118.710</u></u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

- (a) Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	270	719
Aplicações financeiras (i)	39.834	57.287
	40.104	58.006

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 103,22% do CDI em 2023 e 102,68% do CDI em 2022. A variação no caixa refere-se principalmente ao pagamento de dividendos em 2023 que foi 24% maior se comparado ao exercício de 2022.

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	18.073	17.513
Vencidas até 30 dias	62	29
Vencidas até 60 dias	575	7
Vencidas até 90 dias	1.418	16
Vencidas até 120 dias	504	8
Vencidas até 180 dias	319	1.174
Vencidas entre 180 e 360 dias	372	943
Vencidas acima de 360 dias	3.248	1.050
	24.571	20.740
(-) Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)/(ii)	(1.292)	(1.290)
	23.279	19.450

- (i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos.
- (ii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(1.290)	(73)
Reversão de provisão	28	29
Complemento de provisão (i)	(30)	(1.246)
Saldo final	<u>(1.292)</u>	<u>(1.290)</u>

- (i) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará que foi provisionado em 2022.

10 Almoxarifado

	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	<u>12.689</u>	<u>14.712</u>
	<u>12.689</u>	<u>14.712</u>

- (i) Variação refere-se a consumo das peças de almoxarifado a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano.

11 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Conta reserva (SUDAM) (i)	<u>2.828</u>	<u>1.455</u>
	<u>2.828</u>	<u>1.455</u>

- (i) O saldo apresentado como não circulante é referente ao depósito efetuado em conta específica, vinculada ao benefício de reinvestimento do IRPJ (SUDAM).

12 Outros ativos não circulantes

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais	14	102
Reembolsos (i)	1.256	1.583
Antecipação de seguros	<u>5</u>	<u>8</u>
	<u>1.275</u>	<u>1.693</u>

- (i) Variação refere-se a reversão parcial da provisão do processo 0352018-03.2005.8.09.0137 no valor de R\$ 452 (quatrocentos e cinquenta e dois mil reais) decorrente de resultados favoráveis.

13 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	854.725	-	-	6.992	861.717	6.992	(387.389)	474.328	493.575
Terrenos	510	-	-	-	510	-	-	510	510
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.660	-	-	-	11.660	-	(6.453)	5.207	5.592
Máquinas e equipamentos	838.933	-	-	6.185	845.118	6.185	(378.746)	466.372	485.707
Veículos	3.259	-	-	804	4.063	804	(1.989)	2.074	1.589
Móveis e utensílios	363	-	-	3	366	3	(201)	165	177
Administração	1.769	-	(12)	911	2.668	899	(1.504)	1.164	550
Máquinas e equipamentos	1.229	-	(12)	911	2.128	899	(1.017)	1.111	468
Veículos	487	-	-	-	487	-	(443)	44	67
Móveis e utensílios	53	-	-	-	53	-	(44)	9	15
	856.494	-	(12)	7.903	864.385	7.891	(388.893)	475.492	494.125
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	22.444	2.639	(5)	(6.992)	18.086	(4.358)	-	18.086	22.444
Máquinas e equipamentos	2.557	761	-	(775)	2.543	(14)	-	2.543	2.557
Veículos	-	1.403	-	(804)	599	599	-	599	-
Móveis e utensílios	3	-	-	(3)	-	(3)	-	-	3
Outros	19.884	475	(5)	(5.410)	14.944	(4.940)	-	15.944	19.884
Administração	1.588	219	12	(911)	908	(680)	-	908	1.588
Máquinas e equipamentos	1.588	219	12	(911)	908	(680)	-	908	1.588
	24.032	2.858	7	(7.903)	18.994	(5.038)	-	18.994	24.032
Ativo imobilizado	880.526	2.858	(5)	-	883.379	2.853	(388.893)	494.486	518.157

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	6.380	3	-	-	6.383	3	(4.803)	1.580	2.238
Ativo não vinculado	6.380	3	-	-	6.383	3	(4.803)	1.580	2.238

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	2023		2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	5,05%	861.717	(387.389)	474.328	493.575
Administração	10,56%	2.668	(1.504)	1.164	550
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	6.383	(4.803)	1.580	2.238
		870.768	(393.696)	477.072	496.363

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão (i)	
Máquinas e equipamentos	10,00%

- (i) O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

13.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Transmissão	Valor
Máquinas e Equipamentos	761
Veículos	1.403
Outros	475
	2.639

13.2 As dez principais adições / transferências (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço em 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. ROCADEIRA COSTAL A GASOLINA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.402
2. ROCADEIRA COSTAL A GASOLINA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	643
3. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	132
4. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	126
5. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	99
6. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	81
7. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	81
8. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	76
9. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	76
10. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	76
Total das adições		5.791

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SERVIÇO DE INSTAÇÃO DO GRAVADOR SENTINELA LITE USL-30 COM GATEWAY GSM 3G DE 4 CANAIS E INTERLIGADOS COM O OPENScape BUSINESS	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	386
2. IBM FLASHSYSTEM 5035 SFF CONTROL ENCLOSURE PN:SM-A336MZKLLB-SMARTPHONE GALAXY A33 5G 128GB	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	161
3. SYSTPRET	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	67
4. CAIXA DE SOM LOGITECH RALLY VC 960-001230-G	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	63
5. SISTEMA LOGITECH RALLY VC 960-001233	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	53
6. PDU 6 TOMADAS - PDU APC VERTI 230V 32A ENT/IEC309 S/20C13/4C19 AP7553	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	31
7. MICROFONE LOGITECH RALLY VC 989-000430-S	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	25
8. TRAVA DE SEGURANCA COM CADEADO KENSINGTON N17	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	22
9. CONJUNTO DELL PRO WIRELESS COMPOSTO POR TECLADO E MOUSE KM5221W	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	20
10. MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 5420 CORE I5-1145G7, RAM 16GB, M.2 SSD 512GB, WIFI AX201, HD, BAT. 3 CEL, ABSOLUTE CONTROL OTB MMCLA 1A, CARBON BLACK NEXT GEN ANTIV 1A, OFFICE H&B 21	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	15
Total das adições		843

13.3 As principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço, somente compensações de adiantamento a fornecedores incorridos durante a fase construção.

14 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	7.237	-	-	50	7.287	50	(240)	7.047	7.039
Servidões	6.962	-	-	-	6.962	-	-	6.962	6.962
Softwares	275	-	-	50	325	50	(240)	85	77
Administração	1.405	-	-	643	2.048	643	(1.330)	718	243
Licença de Uso de Software	304	-	-	602	906	602	(269)	637	192
Softwares	1.101	-	-	41	1.142	41	(1.061)	81	51
	8.642	-	-	693	9.335	693	(1.570)	7.765	7.282
Ativo intangível em curso									
Transmissão	72	66	-	(50)	88	16	-	88	72
Softwares	72	66	-	(50)	88	16	-	88	72
Administração	469	631	-	(643)	457	(12)	-	457	469
Softwares	469	631	-	(643)	457	(12)	-	457	469
	541	697	-	(693)	545	4	-	545	541
Ativo Intangível	9.183	697	-	-	9.880	697	(1.570)	8.310	7.823

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	102	-	-	-	102	-	(45)	57	102
Ativo não vinculado	102	-	-	-	102	-	(45)	57	102

b) Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	2023		2022	
		Valor Bruto	amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	15,00%	7.287	(240)	7.047	7.039
Administração	10,00%	2.048	(1.330)	718	243
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00%	102	(45)	57	102
		9.335	(1.570)	7.765	7.384

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

14.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Outros gastos	Total
Transmissão		
Software	66	66
Total das adições	66	66
Administração		
Software	631	631
Total das adições	631	631

14.2 As principais transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SERVIÇO DE INSTALACAO E CONFIGURACAO DA IMPRESSORA RFID	Software	14
2. SERVIÇO DE ATUALIZACAO DE LICENÇA	Software	37
Total das adições		50
Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. DESENVOLVIMENTO DE REPORTS EM POWER BI - PROJETOS - CONSUMO DE 104:30:00	Licença de Uso de Software	243
2. SUPORTE DE SERVICOS EM POWER BI - PACOTE DE 23H	Licença de Uso de Software	58
3. DESENVOLVIMENTO DE REPORTS EM POWER BI - PROJETOS - CONSUMO DE 280.30.00	Licença de Uso de Software	42
4. SUPORTE DE SERVICOS EM POWER BI - PACOTE DE 23H	Licença de Uso de Software	33
5. DESENVOLVIMENTOS DE REPORTS EM POWER BI - PROJETOS	Licença de Uso de Software	32
6. DESENVOLVIMENTO DE REPORTS EM POWER BI - PROJETOS	Licença de Uso de Software	23
7. SERVIÇO DE IMPLANTACAO E DESENVOLVIMENTO	Licença de Uso de Software	20
8. MICROSOFT SYSTEM CENTER 2019 DATACENTER	Licença de Uso de Software	18
9. LICENÇA DE ACESSO DE CLIENTE PARA WINDOWS	Licença de Uso de Software	16
10. SERVIÇO DE IMPLANTACAO E DESENVOLVIMENTO	Licença de Uso de Software	15
Total das adições		501

14.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2023.

15 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ (i)	10.220	11.810
CSLL (i)	8.037	7.663
	18.257	19.473
Outros impostos a pagar	31/12/2023	31/12/2022
PIS	258	260
COFINS	1.194	1.206
INSS empregado	733	670
IRRF	3.120	1.635
Outros	770	782
	6.075	4.553

- (i) Redução refere-se a inclusão da empresa no programa de incentivo fiscal (SUDAM) no exercício de 2022.

16 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva global de reversão (RGR) (i)	485	305
CDE a pagar (ii)	35	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	56	542
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iv)	2.213	8.762
	2.789	9.609

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 380 (trezentos e oitenta mil reais).

(ii) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/05/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 668 (seiscentos e sessenta e oito mil reais).

(iv) **P&D**

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

17 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista (i)	67	662
Cível (ii)	5.940	2.485
Servidão (iii)	1.377	1.704
	<u>7.384</u>	<u>4.851</u>

- (i) O valor de exposição trabalhista em 2023 é relacionado ao processo trabalhista 0010403-27.2023.5.18.0121, atualmente o processo está em fase recursal após decisão parcialmente procedente em desfavor da companhia.
- (ii) O valor de exposição cível em 2023 é relacionado ao processo judicial 0178399-82.2019.8.19.0001, trata-se de um processo cível que discute valores relacionado a questões contratuais, atualmente o processo está em fase recursal após decisão parcialmente procedente em desfavor da companhia.
- (iii) O valor de exposição de servidão é relacionado a três processos judiciais de constituição de servidão administrativa, processos: 0351167-61.2005.8.09.0137, 0352018-03.2005.8.09.0137 e 0351175-38.2005.8.09.0137, sendo esse processo de maior valor envolvido discute um montante de R\$ 844 (oitocentos e quarenta e quatro mil reais) e que atualmente está em fase recursal após decisão parcialmente procedente em desfavor da companhia.

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Cíveis (i)	Trabalhistas (ii)	Servidões (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.485</u>	<u>662</u>	<u>1.704</u>	<u>4.851</u>
Adições e reversões, líquidas	2.700	607	(468)	2.839
Pagamentos	-	(1.206)	-	(1.206)
Atualizações monetárias	<u>755</u>	<u>4</u>	<u>141</u>	<u>900</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.940	67	1.377	7.384
	Cíveis	Trabalhistas	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.211	102	4.689	7.002
Adições e reversões, líquidas	-	592	(2.985)	(2.393)
Pagamentos	-	(64)	-	(64)
Atualizações monetárias	274	32	-	306
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.485	662	1.704	4.851

- (i) Cíveis: a movimentação é decorrente ao aumento de exposição do processo 0178399-82.2019.8.19.0001 decorrente de desdobramentos desfavoráveis ocorridos em 2023.
- (ii) Trabalhistas: a movimentação é decorrente essencialmente do resultado desfavorável do processo 0011866-14.2015.5.01.0038, que resultou em provisão complementar de R\$ 427 (quatrocentos e vinte e sete mil reais) que foi encerrado em 2023. Este encerramento resultou no pagamento de R\$ 1.164 (um milhão, cento e sessenta e quatro mil reais).
- (iii) Servidões: a movimentação é decorrente da reversão parcial de provisão do processo 0352018-03.2005.8.09.0137 decorrente da atualização dos cálculos realizados pelo perito contábil no processo.

Contingências possíveis (não provisionadas):

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista (i)	900	105
Cível (ii)	316	213
Fiscal (iii)	35.867	36.128
	37.083	36.446

- (i) Processos trabalhistas: Referem-se a ações judiciais trabalhistas nas quais são discutidos assuntos atinentes ao pagamento de supostas horas extras e seus respectivos reflexos. O aumento de exposição é decorrente da reclamação trabalhista 0100256-27.2023.5.01.0022 que tem um risco possível de R\$ 779 (setecentos e setenta e nove mil reais).
- (ii) Processos cíveis: Referem-se a ação judicial autuada por meio do processo nº 0000089-56.2017.8.11.0095, na qual se discute a responsabilidade por acidente de trânsito. O trâmite se dá junto ao Estado de Mato Grosso. O aumento de exposição decorre da atualização monetária do caso.
- (iii) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, ICMS e ISS. Variação refere-se a inclusão de um processo iniciado em 2021 visando a cobrança de suposto crédito tributário de ICMS, discutidos na Execução Fiscal nº 1000755-83.2021.8.11.0003 (R\$ 30.838, trinta milhões, oitocentos e trinta e oito mil reais), ajuizada pelo Estado de Mato Grosso, e que teve seu trâmite suspenso por força de decisão proferida em favor da Companhia nos autos da Ação Anulatória nº 1038359-03.2017.8.11.0041 (R\$ 41.549, quarenta e um milhões, quinhentos e quarenta e nove mil reais), que determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ICMS que o Estado cobrava da Companhia. Aguarda-se decisão final de mérito na ação anulatória ajuizada pela Companhia. Os temas aqui referidos são tratados em seis processos administrativos e sete processos judiciais, a seguir os principais processos enumerados além dos já citados: 15374.955519/2009-01, 15374.955520/2009-27, 15374.955521/2009-71, 15374.974875/2009-15, 15374.974876/2009-60 e 5834490/2020, os quais tramitam pela via administrativa nos Estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso. O valor de exposição atual dos principais casos é de R\$ 32.884 (trinta e dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil reais).

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 402.460 (quatrocentos e dois milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), dividido em 402.460.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<hr/> 100% <hr/>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Conforme demonstração financeira societária, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 106.256 (cento e seis milhões, duzentos e cinquenta e seis mil reais) e R\$ 142.337 (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e sete mil reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

d. Prejuízos acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num prejuízo acumulado de R\$ 32.270 (trinta e dois milhões, duzentos e setenta mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e 12.732 (doze milhões, setecentos e trinta e dois mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório EBEN-DEVAT07/SRRF07/RFB nº 23/2022 de março de 2022, podendo ser fruído de janeiro de 2021 a dezembro de 2030. Embora tenha sido emitido no ano calendário de

2022, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2021.

Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 35.385 (trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil reais) em 31 de dezembro de 2023.

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício societário	123.067	104.591
Reserva legal (5%)	(6.153)	(5.230)
Reserva de incentivos fiscais	(10.658)	(24.727)
Base de cálculo para os dividendos (ii)	106.256	74.634
Dividendo mínimo obrigatório	1.063	994
Juros sobre capital próprio (i)	(10.000)	(6.206)

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.
- (ii) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023.

Foram efetuadas as aprovações de distribuição de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data	Dividendos pagos em 2023	Dividendos pagos em 2022	JCP Líquido pago em 2023	JCP Líquido pago em 2022	Valor do IR s/ JCP
RCA	24/05/2022	-	99.115	-	-	-
RCA	01/12/2022	-	9.705	-	-	-
AGE	14/12/2022	-	-	-	5.275	931
RCA	12/06/2023	40.000	-	-	-	-
RCA	20/07/2023	92.337	-	-	-	-
AGE	21/12/2023	-	-	8.500	-	1.500
	Total	132.337	108.820	8.500	5.275	2.431

19 Receita operacional líquida

31/12/2023 **31/12/2022**

Receita operacional bruta	205.656	216.163
Receita de rateio de antecipação (i)	(3.830)	(5.982)
Receita de encargos de transmissão	192.186	222.116
Receita de novas obras RBNI	21.999	21.412
Parcela de ajuste do ciclo anterior (i)	(16.641)	(20.527)
Indisponibilidade de equipamentos (ii)	(254)	(11.796)
Receita RMEL	240	234
Descontos Incidentes na TUST (iii)	11.956	10.684
Outras receitas de operação	-	22
Deduções da receita operacional	(26.549)	(29.883)
PIS	(3.388)	(3.574)
COFINS	(15.605)	(16.463)
P&D	(1.785)	(1.863)
RGR	(5.096)	(7.211)
TFSEE	(675)	(772)
	179.107	186.280

- (i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2023.
- (ii) Variação decorrente de estorno da provisão estimada em 2022 devido a indisponibilidade de equipamentos e que a que recorremos e que Aneel acatou o recurso e o valor foi estornado em 2023.
- (iii) Com a publicação da Lei 13.360/2016, novas mudanças foram introduzidas na CDE no que diz respeito ao custeio dos descontos na TUST referentes a fontes incentivadas. Por consequência, os descontos tarifários dados aos usuários em função da aplicação da Resolução Normativa 77/2004 são contabilizados pelo ONS após cada AMSE e o valor não arrecadado à título de Encargo de Uso dos Sistemas de Transmissão - EUST é apurado para cada concessionária de transmissão por CPST.

20 Custo da operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(10.108)	(11.373)
Material (i)	(1.929)	(2.827)
Serviços de terceiros	(2.662)	(2.659)
Depreciação e amortização	(26.284)	(25.921)
Gastos diversos	(1.616)	(1.713)
Outros	(815)	(1.343)
	(43.414)	(45.836)

- (i) Variação refere-se principalmente a perda de inventário em 2022 devido a inspeção técnica interna no almoxarifado e compra de materiais para manutenção corretiva de equipamentos das regionais.

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(4.869)	(7.307)

Material	(154)	(216)
Serviços de terceiros	(849)	(1.104)
Arrendamentos e aluguéis	(167)	(139)
Provisão/reversão (i)	(3.300)	(1.823)
Tributos	(433)	(103)
Depreciação e amortização	(449)	(268)
Telecomunicação	(488)	(546)
Outras	594	(777)
	<u>(10.115)</u>	<u>(12.283)</u>

- (i) Variação é decorrente da provisão para contingências de natureza cível, trabalhistas e servidões no valor R\$ 1.799 (um milhão, setecentos e noventa e nove mil reais), R\$ 598 (quinhentos e noventa e oito mil reais) e R\$ 901 (novecentos e um mil reais); respectivamente.

22 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(6.354)	(7.391)
Encargos	(2.238)	(2.593)
Previdência privada	(109)	(165)
Outros Benefícios - Corrente	(1.345)	(1.194)
Outros	(623)	(30)
	<u>(10.108)</u>	<u>(11.373)</u>
Pessoal - administração	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(2.102)	(2.941)
Encargos	(706)	(1.137)
Previdência privada	(49)	(50)
Benefícios	(392)	(536)
Outros	(148)	(590)
Administradores	(1.472)	(2.053)
	<u>(4.869)</u>	<u>(7.307)</u>
	<u>(14.977)</u>	<u>(18.680)</u>

23 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	<u>7.955</u>	<u>6.927</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	8.294	6.136
Outras receitas financeiras	48	1.129
Tributos sobre receitas financeiras	(387)	(338)
Despesa financeira	<u>(1.092)</u>	<u>(2.795)</u>
Outras despesas financeiras	(1.092)	(2.795)
	<u>6.863</u>	<u>4.132</u>

- (i) Saldo referente a rendimento de aplicações financeiras atreladas a CDI, vide nota explicativa 8.

24 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro Real)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	163.577	138.613

Adições/Exclusões não dedutíveis	3.906	5.318
Ajustes ICPC 01	(35.057)	2.616
Doações e Subv. para Investimento	-	(24.726)
Juros s/ Capital Próprio	(10.000)	(6.206)
Outros	(1.518)	(1.114)
Lucro Real	120.908	114.501
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(30.203)	(28.601)
Inc. Fiscais	11.563	763
IRPJ devido (25%)	(18.640)	(27.838)
CSLL (9%)	(11.018)	(10.405)
IR e CS correntes	(29.658)	(38.243)
Alíquota efetiva	18%	28%

25 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 25.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	40.104	58.006
Títulos e valores mobiliários	11	2.828	1.455
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	26	7.735	8.709
Concessionárias e permissionárias	9	23.279	19.450

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - terceiros		1.818	3.078
Fornecedores - partes relacionadas	26	1.042	1.410

25.2 **Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	40.104	58.006
Títulos e valores mobiliários	2.828	1.455
Contas a receber partes relacionadas	7.735	8.709
Concessionária e Permissionárias	23.279	19.450

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

26.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas (i)	<u>7.908</u>	<u>8.865</u>
Intercompany Matrinchã – Contas a receber CPSOM	98	88
Intercompany Guaraciaba – Contas a receber CPSOM	76	68
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	7.734	6.685
Outros	-	2.024
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	-	9
Intercompany SGBH - Reembolso de NOD Gemini (ii)	-	2.015

26.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
	<u>1.042</u>	<u>1.410</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.042</u>	<u>1.410</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.020	1.404
Aluguel (iv)	15	-
Intercompany Guaraciaba - Despesas de pessoal	7	6

26.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>25.063</u>	<u>18.132</u>

	22.931	16.440
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)		
Receita de CPSOM - Matrinchã	1.294	1.130
Receita de CPSOM - Guaraciaba	974	835
Aluguel (iv)	(136)	(121)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	(152)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas.
- (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, os vendedores se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas à Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato. Diante disso, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as despesas jurídicas pagas, com aviso de débito à vendedora, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Porém, a vendedora não realizou o reembolso destas despesas realizadas pela companhia ao longo dos anos. Em 2022, foi realizado um acordo, entre a vendedora e a controladora SGBH, que recebeu todas as despesas pagas, em nome de suas controladas. A SGBH então, está ressarcindo controladas de acordo com os avisos de débito emitidas na época.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.
- (iv) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

26.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Valores reconhecidos no resultado		
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	643	796
Benefícios diretos e indiretos	108	140
Encargos	315	474
Provisões (13 salário, férias e bônus)	406	643
Valor total da remuneração	1.472	2.053

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

27 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	466.307	466.307
Veículos	Carros	3.179	2.988
		489.486	489.295

Ramon Sade Haddad	Jorge Bauer	Mariana de Oliveira Barbosa
Diretor Presidente	Diretor	Contadora - CRC RJ - 103573/O-2